

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo
de Goiás – CAU GO**

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAU GO

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAU GO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizado na Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25 – Edifício Concept Office – 3º andar – Vila Maria José, Goiânia - GO – CEP: 74.815-465.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Plenária do CAU/GO em 23 de Fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;



2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 9*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 6*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 13*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU GO, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

3.3. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Instalações	14
Utensílios de Copa e Cozinha	10
Veículos	5
Equipamentos de Processamento de Dados	5
Biblioteca	12
Salas	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas



As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação as contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

			2016	2015
Banco conta movimento			99.670	79.868
Banco conta arrecadação			28.487	30.682
Aplicações financeiras		(5a)	753.510	788.151
			<u>881.667</u>	<u>898.701</u>

(5a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo e longo prazo

			2016	2015
Créditos a curto prazo		(6a)	1.182.921	-
Créditos a longo prazo		(6a) / (6b)	50.990	-
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa		(6c)	-	-
			<u>1.233.911</u>	<u>-</u>

(6a) O saldo apresentado refere-se a anuidades não recebidas financeiramente, e está composto da seguinte forma:

Natureza	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Pessoa Física	87.004	103.650	127.038	162.507	215.625	695.825
Pessoa Jurídica	31.720	50.093	77.335	120.232	258.707	538.087
	<u>118.724</u>	<u>153.743</u>	<u>204.373</u>	<u>282.739</u>	<u>474.333</u>	<u>1.233.911</u>

(6b) O valor supramencionado representa os saldos a receber de multas de infrações advindas do CREA/GO em que houve a inscrição em dívida ativa. Sendo segregados da seguinte maneira:

- Pessoa Jurídica: R\$ 1.137,62

- Pessoa Física: R\$ 49.852,49

(6c) Para o exercício de 2016 não foram efetuados registros de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de dados históricos para sua apuração. O Conselho iniciou recentemente estudos nos relatórios de controle de contas a receber e acredita que para o próximo exercício poderá estabelecer uma estimativa confiável para registro de perdas.

7. Estoques

	2016	2015
Materiais gráficos	6.585	2.241
Limpeza e higiene	137	180
Material de copa e cozinha	3.234	133
Material de informática	1.832	3.840
Bens móveis não ativáveis	440	623
Gêneros alimentícios	862	75
Material de expediente	6.640	6.693
	<u>19.730</u>	<u>13.785</u>

8. Demais créditos e valores a longo prazo

O saldo apresentado refere-se ao pagamento pela antecipação da REST de Dezembro de 2016. A nota fiscal 31445 do fornecedor Tecar, não foi registrado na contabilidade até o encerramento do exercício, entretanto esta foi homologada no sistema da Prefeitura de Goiânia.

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Móveis e Utensílios	94.692	22.274	72.418	83.183
Máquinas e Equipamentos	24.586	8.188	16.399	17.069
Instalações	11.520	1.168	10.352	11.041
Utensílios de Copa e Cozinha	7.666	1.205	6.460	7.180
Veículos	71.500	35.393	36.108	48.978
Equipamentos de Processamento de Dados	60.320	34.404	25.916	37.965
Biblioteca	1.855	318	1.537	1.676
Salas	2.060.000	170.293	1.889.707	2.060.000
Obras em andamento	22.950	-	22.950	22.950
Benfeitorias em Salas	32.000	-	32.000	-
Depreciação (Exs. 2012 - 2013)	-	97	- 97	-
			-	
Total	2.387.090	273.341	2.113.749	2.290.040

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	2015	Adições	Depreciação	Ajustes	2016
Móveis e Utensílios	83.183	-	10.582	183	72.418
Máquinas e Equipamentos	17.069	1.680	2.350		16.399
Instalações	11.041	-	689		10.352
Utensílios de Copa e Cozinha	7.180	-	692	28	6.460
Veículos	48.978	-	12.870		36.108
Equipamentos de Processamento de Dados	37.965	-	12.049		25.916
Biblioteca	1.676	-	139		1.537
Salas	2.060.000	-	170.293		1.889.707
Obras em andamento	22.950	-	-		22.950
Benfeitorias em Salas	-	32.000	-	-	32.000
Depreciação (Exs. 2012 - 2013)	-	-	-	97	- 97
Total	2.290.040	33.680	209.664	307	2.113.749

10. Fornecedores

		2016	2015
Restos a Pagar	(10a)	43.624	64.388
		43.624	64.388

(10a) Os restos a pagar processados em 31 de dezembro estavam compostos da seguinte maneira:

		2016	2015
Evolução assessoria e consultoria empresarial		4.154	-
Centro oeste administração e serviços		2.904	-
Centro de integração empresa escola		50	-
Rádio executiva LTDA - EPP		5.180	-
Auto posto chafariz		-	1.341
Centro oeste administração e serviços		-	2.711
Sempre indústria e comércio de roupas		-	2.054
Claro S/A		-	1.128
Catral refrigeração e eletrodomésticos		-	4.839
Primavera utilidades e presentes		-	463
FGTS a pagar		10.449	10.659
INSS a pagar		19.645	39.437
PIS s/ folha a pagar		1.241	1.756
		43.624	64.388

11. Provisões a curto prazo

	2016	2015
Férias e 1/3 de férias	75.028	63.413
Férias + Encargos Sociais	22.461	18.375
	<u>97.489</u>	<u>81.788</u>

12. Demais obrigações a curto prazo

	2016	2015
INSS - Funcionários	8.613	16.133
IRRF - Funcionários	12.053	18.286
ISS	150	3.052
IRRF/COFINS/CSLL/PIS A RECOLHER	-	188
Contribuição Sindical - Anual	-	48
INSS - Terceiros	-	298
Depósitos Diversas Origens - Receita a Classificar	2.928	2.232
Impostos Retidos a Maior	-	20
	<u>23.744</u>	<u>40.257</u>

13. Provisão para riscos processuais

O Conselho é parte em ação judicial de natureza trabalhista que não estão provisionadas, pois envolve risco de perda classificado pela Administração e por sua Assessoria Jurídica como perda possível. Em 31 de dezembro de 2016, os passivos contingentes estão representados, conforme quadro abaixo:

	2016	2015
Trabalhistas	55.907	-
	<u>55.907</u>	<u>-</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2016
Trabalhistas	-	55.907	-	-	-	55.907
Total	-	55.907	-	-	-	55.907

14. Partes relacionadas

O Conselho em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

15. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2016	2015
Depreciação e amortização	105.387	36.945
Despesas com pessoal e encargos	1.724.589	1.664.238
Despesas com contratação de terceiros	632.827	830.821
Uso de material de consumo	21.791	26.108
Transferências concedidas	336.132	284.686
Desvalorização e perda de ativos	0	1
	2.820.726	2.842.799

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2016	2015
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.967.363	2.808.051
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(2.820.726)	(2.842.799)
(=) Superávit/Déficit Patrimonial apurado	1.146.637	(34.748)
Resultado Orçamentário	2.016	2.015

		2.733.452	2.807.239
Receita Orçamentária Arrecadada			
(-) Despesas Empenhadas		(2.761.028)	(2.820.632)
(=) Superávit/Déficit Orçamentário Apurado			
		(27.575)	(13.392)
Resultado Financeiro		2.016	2.015
Saldo Disponível Apurado		881.667	898.701
(-) Passivo Financeiro		(84.026)	(121.040)
(=) Superávit Financeiro Apurado			
		797.641	777.660

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

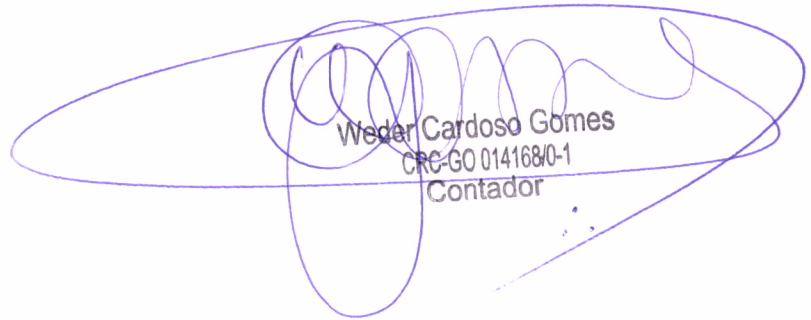
Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Salas da sede do CAU/GO	Quaisquer danos materiais a edificações, danos elétricos, vazamento de sprinklers, roubo/furto qualificado recomposição registros e documentos	2.060.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 2 veículos	71.500
		2.131.500

18. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2016 até a data de elaboração das notas explicativas (23 de fevereiro de 2017), não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.



Weder Cardoso Gomes
CRC-GO 014168/0-1
Contador

